

# **A FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO E OS DESAFIOS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: UM OLHAR A PARTIR DA IDEOLOGIA ESTATAL BURGUESA**

Célia Neves Félix  
Anita Baraldi Rolim

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho busca refletir sobre o crivo ideológico da formação continuada em serviço e os desafios da coordenação pedagógica enquanto centro de discussões ideológicas.

A incorporação da função de coordenação pedagógica na educação básica brasileira surgiu com as reformas educacionais dos anos 1990 por medidas decididas à revelia dos professores, especialmente os do sistemas público de ensino, mostrando que o Estado brasileiro, mais uma vez exerceu a função de complementação e reprodução em uma relação social de atendimento aos ditames da classe dominante, atendendo assim as necessidades reprodutivas do sistema capitalista através de uma ação corretiva compatível com os parâmetros e limites estruturais que lhe são iminentes.

Tal posição estatal pode ser constatado em Neves (2005) ao afirmar que vigora no país uma política da pedagogia da hegemonia promovida pelo chamado neoliberalismo que a partir dos anos 1990 implantou no país um programa pedagógico de massas pelo viés da chamada Terceira Via:

[...] a Terceira Via estabelece a educação como importante estratégia de formação de diferentes tipos de intelectuais responsáveis por cimentar as novas relações entre os homens. Para esse projeto, a principal força no desenvolvimento de capital humano obviamente deve ser a educação. É o principal investimento público que deve estimular a eficiência econômica e a coesão cívica. (NEVES, 2005, p. 64).

Ainda de acordo com Neves:

O que se define nessa estratégia de realização do projeto da Terceira Via é afirmação da escola e os demais meios de difusão e espaços educativos como investimentos de formação e atualização do intelectual urbano, tendo na concepção de mundo burguesa o eixo central. A Terceira Via parece desejar que, por intermédio das

reformas educacionais, não só seja realizado todo o processo formativo a partir das novas exigências de perfil humano demandadas pelo estágio atual do capitalismo monopolista, mas também sejam diminuídas ao máximo as possibilidades de difusão da contra hegemonia no processo escolar. (NEVES, 2005, p. 64).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96 em um cenário emblemático de transformações no campo socioeconômico e político no qual as políticas sociais e educacionais foram delineadas em um amplo plano do processo de acumulação de capital a nível mundial constitui-se momentos decisivos a partir do qual 'novas' linguagens de convicções ideológicas entram em vigor com a missão argumentativa de provocar profundas reformas nas relações entre trabalho e capital. Delimitando assim a política neoliberalista que nortearia as bases em que se construíam as reformas educacionais.

O marco que instituiu a formação continuada em serviço no Brasil, organizando essa formação como parte de categoria de trabalho do professor aconteceu com as discussões acerca do local e natureza dos cursos de formação inicial de professores e surgiram com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

## **DESENVOLVIMENTO**

Objetivando analisar a política de formação continuada de professores, busca-se explicitar com este trabalho as políticas pedagógicas de formação de professores e legislação do governo federal brasileiro, que delimitam as diretrizes dessa política que, como dito, veio carregada de ideologias e interesses da classe dominante.

Na visão da política de formação implementada pelo governo na conjuntura do neoliberalismo da Terceira Via, observa-se uma ambivalência na forma como os professores são apontados, de um lado exercendo papel de protagonista na implementação das mudanças e processos pedagógicos e de outro, apontados como obstáculos, desqualificados, descompromissados com a educação e culpados pela retórica oficial desde o início das reformas neoliberais. Essa ambiguidade retrata as contradições do papel desempenhado pelos professores, quando vistos como intelectuais, podendo dividir-se como intelectuais orgânicos das classes dominantes, contribuindo para disseminação da hegemonia burguesa, ou à partir de

sua vinculação a classe trabalhadora estabelecer correlação de forças sociais, concorrer para a formação dos espaços contra hegemônicos, disseminando uma ideologia contrária a do bloco no poder, tornando-se relevantes sujeitos políticos na guerra de posições travada na sociedade civil.

Assim, as políticas oficiais, visando modelar a formação e a prática profissional dos docentes da educação básica a hegemonia burguesa, encontram-se profundamente impregnadas da concepção de professor e da intencionalidade acerca do seu papel social. O papel do professor como intelectual “é necessário à coesão social, sendo esse profissional considerado como intelectual estratégico na disseminação da nova pedagogia da hegemonia, assumindo dupla funcionalidade para o aumento da produtividade de trabalho” (NEVES, 2013).

Considerando que as políticas de formação de professores implementadas no início dos anos 2000 situam-se em linha de continuidade às instauradas a partir da segunda metade dos anos 1990, objetivando ajustar o perfil do professor e a formação docente às demandas do novo mercado de trabalho, em um período marcado por novos padrões de produção, no interior da reestruturação da forma de acumulação capitalista. Tal ajuste implica a dimensão ético política da pedagogia das competências focada para formar um novo tipo de trabalhador e de homem, o cidadão-trabalhador voluntário ou colaborador, além de atender o propósito de reordenar a relação entre escola e emprego, a pedagogia das competências institucionaliza novas formas de educar os trabalhadores no contexto político-econômico neoliberal, entremeado de a uma cultura chamada pós moderna com a intenção de constituir o professor como intelectual orgânico do capital e da nova pedagogia da hegemonia, uma vez formado como cidadão-trabalhador voluntário ou colaborador, formaria seus alunos, construindo o consentimento aos requisitos de exploração do trabalho. O novo modelo de formação de professores responde as novas demandas do mundo do trabalho, do ponto de vista da acumulação, em conformidade com as políticas das agências financeiras internacionais para os países pobres, assumidas integralmente pelo governo brasileiro.

Considerando a escola como espaço de formação, é preciso entender o conceito de formação continuada em serviço. E nas palavras de Tardif:

Considerando que formação é o ato de estar em constante aprendizagem; ter à disposição por instruir-se; constituir uma nova mentalidade ou caráter; aumentar e adequar o conhecimento, o

processo de formação profissional visa buscar novas metodologias de enriquecimento do saber. Nesse processo, a formação continuada de professores consiste em apreender e renovar as teorias e as práticas a partir de reflexões formativas. (TARDIF, 2002).

## CONCLUSÃO

A formação continuada em serviço não deve ser apreciada apenas como problemas financeiros ou de gestão, mas sim, como um projeto que elucida uma concepção ideológica que tem se pautado pela lógica neoliberal. Como as reformas neoliberais baseiam-se no esforço de suplantar as crises periódicas do capital, para obter maior autonomia e liberdade às instituições privadas e financeiras, no que diz respeito aos reflexos do neoliberalismo para a educação e na execução das políticas educacionais neoliberais, a educação revertida em mercadoria pelos diferentes setores governamentais e empresariais torna-se uma importante tática como circunstância para o aperfeiçoamento do processo de acumulação de riquezas e evolução do capitalismo.

Analisar criticamente os contextos históricos e políticos e a atualidade da formação continuada em serviço do país é um movimento que deve existir para que se haja um pensamento reflexivo que é fundamental para o entendimento da educação básica desenvolvida em nossas escolas, concebida como parte de uma superestrutura de controle utilizada pela classe dominante como mecanismo que desvirtua a consciência e individual e coletiva de classe, impedindo que os sujeitos percebam os seus próprios interesses e de sua classe social.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, João. **Autonomia e gestão das escolas: que formação de professores?** In: SEMINÁRIO: A TERRITORIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCATIVAS, 1998.

NEVES, L. (org). **A nova pedagogia da hegemonia: Estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2013.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.